



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 406ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 15 de dezembro de 2021.

Realizou-se no dia 15 de dezembro de 2021, às 08h30, por meio virtual, através de videoconferência, a 406ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário Executivo de Infraestrutura, **Adriana Tedesco Telerman (SDE)**, **Ana Cristina Fernandes Clemente (ST)**, **Ana Lucia Santana Seabra (SIMA/CPP)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (Fiesp)**, **Antonio Fernando Gimenez (SLT)**, **Celso Yassumi Nomoto (SCEC)**, **Cláudio Bedran (Planeta Verde)**, **Cláudio Scalli (Anamma/SP)**, **Cristina Maria do Amaral Azevedo (SIMA/CPLA)**, **Denise Croce Romano Espinosa (USP)**, **Daniel Smolentzov (PGE)**, **Djalma Domingos Weffort de Oliveira (Apoena)**, **Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb)**, **Fernanda Andrade Silva Nader (SIMA/CPLA)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/SMA)**, **Gilda Helena Leonio Nunes (IIS)**, **Gustavo de Castro Oliveira (Faesp)**, **Ibrahim Taulil (Concidadania)**, **João Thiago Wohnrath Mele (SIMA/CFB)**, **José Fernando Bruno (APM)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Laura Diaz Montiel (SIMA/CEA)**, **Luciana Curiati Zahos (SIMA/CPP)**, **Lucila Manzatti (SIMA/FF)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA)**, **Martha Martins de Moraes (AAVA)**, **Mirtes Maria Luciani (CAU/SP)**, **Rachel Marmo Azzari Domenicheli (SIMA/CEA)**, **Roberto Ulysses Resende (Iniciativa Verde)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Sandra Maria Carmelo Guerreiro (Unicamp)**, **Sérgio Luis Marçon (SIMA/CFB)**, **Syllis Flavia Paes Bezerra (Ecophalt)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Viviane Moschini Carlos (Unesp)**, **Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**, **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. **Constavam do Expediente Preliminar:** 1. Aprovação da ata da 405ª Reunião Plenária Ordinária, e deliberação do Plenário acerca da proposição de retificação da ata da 404ª Reunião Plenária Ordinária; 2. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. **Constavam da Ordem do Dia:** 1. Balanço das **ações do Governo do Estado de São Paulo na 26ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP26**. 2. Apreciação dos Relatórios Finais da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre os **recursos especiais** referentes aos seguintes **Autos de Infração Ambiental**, interpostos por Edno Pereira de Souza: 2.1. **AIAe nº 20200910003434-1** (Processo e-ambiente SIMA.038886/2020-13); 2.2. **AIAe nº 20200910003434-2** (Processo e-ambiente SIMA.038889/2020-24). 3. Apresentação da proposta do Governo do Estado de São Paulo, para o **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP**. 4. Apreciação do **Relatório Anual de Qualidade Ambiental (RQA 2021)**. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio virtual, através de videoconferência, em virtude das recomendações e cuidados frente ao controle e combate à pandemia do Covid-19, consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo e as orientações descritas no Ofício CONSEMA 061/2021, de 07 de dezembro de 2021. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada nas páginas “ambientesp”, no Youtube, e “infraambiente”, no Facebook. Solicitou aos conselheiros a utilização do *chat* da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

44 plataforma de videoconferência apenas para registrar questões de ordem operacional ou para solicitar
45 o uso da palavra. Passando-se ao Expediente Preliminar, o Secretário-Executivo colocou em votação
46 a **proposta do conselheiro Fernando Prioste de retificação da redação da ata** da 404ª Reunião
47 Ordinária, precisamente das linhas 47 e 65, sendo a mesma **rejeitada** por 19 (dezenove) votos
48 contrários, 3 (três) favoráveis e nenhuma abstenção. Ato contínuo, de acordo com o regulamento,
49 foi submetida a aprovação a ata da 405ª Reunião Ordinária, que dispensada da leitura, foi aprovada
50 pelo Presidente em exercício, **Eduardo Trani**. Não havendo Comunicações da Secretaria-Executiva
51 e da Presidência, passou-se diretamente aos **Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do**
52 **Dia**. O conselheiro **Domenico Tremaroli** informou que o trabalho de revisão da Deliberação
53 CONSEMA nº 01/2018 fora finalizada pelo grupo de trabalho da Cetesb, estando apta a seguir o
54 trâmite de análise no CONSEMA, passando pela CT Processante e de Normatização, seguido da
55 apreciação em Plenária. Ressaltou que as contribuições recebidas da Anamma/SP e de prefeituras
56 foram consideradas ao longo das avaliações realizadas. O conselheiro **Cláudio Scalli** externou sua
57 satisfação diante da informação trazida pelo conselheiro da Cetesb, solicitando que a discussão
58 técnica seja realizada o quanto antes. Anunciou que os prefeitos de cidades do Vale do Paraíba,
59 fundaram, em 13 de dezembro p.p., o primeiro Consórcio Intermunicipal para Licenciamento
60 Ambiental. Previu o início da habilitação dos municípios consorciados para o início do ano.
61 Cumprimentou a todas as autoridades e técnicos envolvidos nos trabalhos de concretização desse
62 consórcio. Na sequência agradeceu ao conselheiro Cassiano Ávila, Subsecretário de Infraestrutura,
63 pelo atendimento a demanda referente ao pedido de informações sobre o Rio Jaguari, solicitada na
64 reunião anterior, aproveitando para convidá-lo, assim como aos técnicos da Cetesb e Sabesp, para
65 uma possível reunião em São José dos Campos, para discutir sobre o tema, e esclarecer eventuais
66 dúvidas. A conselheira **Violeta Kubrusly** externou os seus agradecimentos às condolências
67 recebidas na Plenária anterior pelo falecimento da sua mãe. Declarou que as manifestações fraternas
68 e carinhosas ajudam, em muito, a superar esse momento difícil. O conselheiro **Gil Scatena** informou
69 sobre a retomada dos trabalhos do Gerenciamento Costeiro, com a definição da agenda de trabalho
70 e posse dos grupos setoriais da Baixada Santista e do Litoral Norte. Quanto ao andamento do
71 Programa Municípios Resilientes, informou que os 13 municípios terminaram os primeiros
72 exercícios de diagnóstico de seus Planos Municipais de Adaptação e Resiliência, para os quais foram
73 utilizados os dados do Zoneamento Ecológico-Econômico. O conselheiro **Ibrahim Tauil** declarou
74 que a concretização do ZEE do Estado de São Paulo, evidencia o importante papel do CONSEMA
75 e da SIMA na consolidação da sustentabilidade, nos aspectos ambiental, econômico e social, do
76 Estado. Como reflexão, sugeriu que o termo “Meio Ambiente”, seja substituído pelo termo
77 “Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social”, nas nomenclaturas de órgãos afetos à temática.
78 A conselheira **Syllis Bezerra** avaliou o ano de 2021, como muito exaustivo, difícil e desafiador para
79 as pessoas e, particularmente, para as áreas da saúde e do meio ambiente. Em benefício do
80 fortalecimento dos debates alavancados no Conselho, suscitou mais dinamismo nas discussões e
81 pautas sobre preservação ambiental. Em breve balanço de atividades, informou que a Ecophalt, em
82 cooperação com outras ONGs, realizou diversos trabalhos de educação ambiental na Baixada
83 Santista com o propósito de demonstrar a importância e a necessidade de fortalecer as cooperativas
84 de reciclagem de resíduos. Nesse sentido, solicitou o apoio do Conselho para garantir a perpetuação
85 desse trabalho, que considera estreitamente relacionado ao compromisso climático de redução das
86 emissões atmosféricas de gases de efeito estufa. Expressou gratidão pela frutífera interação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estabelecida entre os conselheiros no período que se encerrava, desejando-lhes ótimo Natal e próspero Ano Novo, com muito engajamento e união. O conselheiro **Cláudio Bedran** externou sua preocupação com os impactos causados por operações de portos de areia no rio Mogi Guaçu e, em busca de uma solução conjunta dos problemas, requereu um pouco mais entrosamento com a Agência Ambiental de Jaboticabal. Em segundo, solicitou a simplificação/flexibilização das exigências e burocracia envolvidas na elaboração de projetos do Fehidro, considerando que as dificuldades enfrentadas desestimulariam os interessados. **Eduardo Trani**, Presidente do CONSEMA em exercício, agradeceu às equipes técnicas da Cetesb, em especial, ao conselheiro Domênico Tremaroli, pelo trabalho diligente de revisão da Deliberação CONSEMA nº 01/2018 sobre a municipalização do licenciamento e propôs o envio desse documento para a análise da CT Processante e de Normatização. O conselheiro **Cassiano Ávila** informou que a resposta à demanda de informações sobre a interligação dos reservatórios Atibainha e Jaguari fora encaminhada aos conselheiros pela Secretaria-Executiva do CONSEMA, conforme estabelecido na reunião anterior. **Eduardo Trani**, a seguir, sugeriu ao conselheiro Claudio Scalli que seja realizada uma apresentação ao Plenário sobre o escopo e o funcionamento do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paraíba para o Licenciamento Ambiental. Solicitou ao conselheiro Cassiano e à Cetesb, a verificação das demandas do conselheiro Cláudio Bedran, solicitando ainda a este que procedesse a oficialização das mesmas junto à Secretaria-Executiva do CONSEMA. A seguir foi colocada em votação, por solicitação da Presidência, a proposta de se encaminhar à CT Processante e de Normatização a tarefa de discutir e elaborar a proposta de revisão da norma em vigor acerca do licenciamento ambiental municipalizado, sendo tal proposta **aprovada por unanimidade**, dando origem à seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 24/202 De 15 de dezembro de 2021. 406ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática Processante e de Normatização. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Atribui à Comissão Temática Processante e de Normatização a tarefa de discutir a revisão da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018.”*** Passou-se ao primeiro assunto da Ordem do Dia, a apresentação do **“Balanço das ações do Governo do Estado de São Paulo na 26ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP26.”** O Subsecretário de Meio Ambiente, **Eduardo Trani** recordou que os preparativos para participação na COP26 começaram na CT de Políticas Públicas assim que o governador assinou a adesão do Estado de São Paulo nas campanhas **“Race to Zero”** e **“Race to Resilience”** da UNFCC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em 20 de julho de 2021. Passou a descrever os trabalhos levados a COP, a começar pelo Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo que é organizado em diretrizes de longo prazo (2050), reunidas em cinco eixos, a saber: 1. Eletrificação acelerada, 2. Combustíveis Avançados, 3. Eficiência Sistêmica, 4. Resiliência e Soluções Baseadas na Natureza e, 5. Finanças Verdes e Inovação. O segundo trabalho diz respeito a Agenda de Economia Verde que envolve 50 ações da Agenda Climática, organizadas nos seguintes temas: Clima e Energia; Florestas e Bioeconomia; Agricultura Sustentável; Infraestrutura Energia e Saneamento e; Investimentos Verdes, Pesquisa e Inovação. A seguir, detalhou as ações da Agenda Climática vinculadas as iniciativas e projetos em curso no Estado de São Paulo, organizadas nos seguintes blocos: 1. Energia Renovável, Combustíveis Avançados e Eficiência Energética (Etanol mais Verde; biogás, cogeração com bagaço de cana, solar fotovoltaica); 2. Restauração Florestal, Agricultura de Baixo Carbono e Bioeconomia (Projeto Nascentes, recuperação da Mata Atlântica,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

130 Refloresta SP, agricultura de baixa emissão de carbono); 3. Segurança Hídrica e Saneamento
131 Ambiental (Novo Rio Pinheiros, Rios Vivos, Plano Estadual de Resíduos Sólidos-2020, Plano
132 Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar, Logística Reversa, Comitê de Integração
133 de Resíduos Sólidos); 4. Controle da Poluição, Qualidade do Ar e Transportes Sustentáveis (rodovia
134 Carbono Zero, Expansão da Rede Metroviária, Plano Integrado de Transportes Urbanos, frota com
135 veículos híbridos e elétricos, controle da poluição veicular) e; 5. Municípios Resilientes e Cidades
136 Inteligentes (mobilidade urbana, engenharia e arquitetura resilientes e de baixo carbono, construção
137 sustentável, Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado de São Paulo, Planos de Ação Climática
138 e Planos de Adaptação e Resiliência dos municípios, Município VerdeAzul, Anamma). Na
139 sequência, apresentou o livro Acordo São Paulo, no qual são apresentados 56 casos de sucesso na
140 Agenda Climática, compilados em colaboração com o setor produtivo sob a coordenação da Dra.
141 Patrícia Iglecias. Com auxílio da projeção de fotos apresentou a comitiva do Estado de São Paulo da
142 qual fez parte o Governador e os Secretários das pastas de Agricultura e Abastecimento,
143 Desenvolvimento Econômico, de Relações Exteriores, Infraestrutura e Meio Ambiente, e dos
144 presidentes da Sabesp, EMAE e Cetesb. Passou ao relato das principais ações e reuniões ocorridas
145 durante a convenção. Destacou o “Amazônia + 10” que diz respeito a ação conjunta entre São Paulo
146 e os nove Estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará,
147 Rondônia, Roraima e Tocantins), em prol da Amazônia. Essa ação envolve investimentos mínimos
148 de R\$ 100 milhões a ser disponibilizados pela Fapesp para a resolução dos principais desafios da
149 Amazônia Legal, quais sejam: conservação da biodiversidade e mudanças climáticas, proteção de
150 populações e comunidades tradicionais, desafios urbanos da Amazônia Legal e, bioeconomia como
151 política de desenvolvimento econômico. Informou sobre a reunião dos governadores pelo climan, na
152 qual foram debatidas medidas para conter e mitigar as mudanças climáticas (Painel no *Brazil Action*
153 *Climate Hub2*). Destacou que o Estado de São Paulo reafirmou seu compromisso com as metas do
154 Acordo de Paris e, nesse sentido, informou que no próximo ano o Estado irá entregar os planos de
155 ação e adaptação climática, além do aprimoramento do Programa de Compas Públicas Sustentáveis,
156 Madeira Legal e Pagamento por Serviços Ambientais. Enfatizou o lançamento do Consórcio Brasil
157 Verde que tem como objetivo fortalecer a governança socioambiental e climática do país, além de
158 buscar financiamentos internacionais. Informou sobre o encontro de governadores brasileiros com o
159 Príncipe Charles, do Reino Unido, para discutir financiamentos para projetos ambientais com a
160 redução dos gases de efeito estufa. Detalhou sobre a assinatura do Acordo Ambiental que tem como
161 objetivo incentivar o compromisso voluntário de redução de emissão de gases de efeito estufa e
162 reafirma o compromisso do Estado de São Paulo com o esforço internacional de conter o
163 aquecimento global abaixo de 1,5°C. Quanto à Assembléia da *Under2 Coalition*, da qual
164 participaram representantes do Estado de São Paulo, Québec e Yucatán, informou sobre a discussão
165 do papel dos governos regionais no enfrentamento das mudanças climáticas. Discorreu sobre a
166 participação em outros eventos como o Dia Temático de Adaptação e Resiliência Climática, no qual
167 foi apresentada a parceria com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) no
168 Projeto Municípios Paulistas Resilientes (PMPR) e, no encontro do *Polo Innovation Hub*, no qual se
169 discutiu o papel da ciência na gestão climática e foi lançado o documento “Clima e
170 Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030”, elaborado pelo Instituto Talanoa do Centro Clima,
171 COPPE da UFRJ, ICS e com a colaboração de representantes do Brasil. Em termos de divulgação
172 na mídia brasileira, comentou sobre a enorme visibilidade alcançada pela ampla cobertura dedicada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

173 à COP26 e dos compromissos assumidos pelo Estado de São Paulo no Pacto de Glasgow, sobre os
174 quais solicitou a Oswaldo Lucon, assessor da SIMA ofertasse breve um resumo daquilo que foi
175 decidido. O assessor **Oswaldo Lucon** esclareceu que a 26ª Conferência das Partes da Convenção
176 Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em Glasgow, busca o desenvolvimento de
177 ações, com base no Acordo de Paris de 2015. Relatou que resultaram da Conferência e das
178 negociações firmadas a produção de cerca de 56 documentos, sendo o Pacto de Glasgow, o *guarda-*
179 *chuva* de todos os compromissos firmados, assim resumidos: (i) *Reafirmação da trilha do 1,5° C*:
180 Aumento na ambição das NDCs de 3,7° C para 2,7° C (ou até 1,8° C, com a inclusão do setor privado);
181 (ii) *Profusão de “Net Zeros”*: país e regiões equivalentes a 50% do PIB mundial aderiram à
182 Campanha; (iii) *Demonstração do ativismo dos jovens*; (iv) *Foco nos combustíveis fósseis*: Redução
183 no uso de carvão; (v) *Pacto sobre o Metano*: corte de pelo menos 30% até 2030 (China não aderiu);
184 (vi) *Finanças*: Cumprir o prometido (US\$ 100 bi / ano ao invés de US\$ 80 bi realizados) e aumentar
185 ambição (US\$ 200 bi / ano até 2025); (vii) *Perdas e Danos*: Compensação pelos prejuízos inevitáveis.
186 Esse é tema controverso e não ficou decidido sobre alcance, quem deve pagar, quanto e como; (viii)
187 “Diálogos” ao invés de um Fundo: Acordo China-EUA: apenas impacto, sem medidas concretas e;
188 Acordo EUA-UE: tarifas sobre produtos importados (efeitos sobre o Brasil) e; (ix) *Artigo 6º*,
189 *Mecanismos de Mercado* (ou créditos de carbono): Livro de Regras com linhas gerais. Retomando
190 a palavra, o Presidente **Eduardo Trani** ofertou uma síntese dos compromissos do Brasil na COP26,
191 assim como segue: (i) *Net Zero 2050*; (ii) *Redução 50% até 2030* (base 2005, o mesmo compromisso
192 da NDC 2015); (iii) *Desmatamento Zero até 2028*; (iv) *Adesão ao Pacto pelo Metano* (30% até
193 2030); (v) *Matriz Energética*: 50% da matriz energética limpa até 2030 e; (vi) *Governos*
194 *subnacionais*: metas e compromissos (12 estados *Net Zero*). Como último ponto, informou a
195 responsabilidade do Governo do Estado, após a COP26, a proposta de revisão da Política Estadual
196 de Mudanças Climáticas com o objetivo de atualizar seus principais instrumentos regulatórios, que
197 são na sequência resumidos: (i) *Governança*: revisão do conselho gestor (estado + municípios +
198 sociedade civil); (ii) *Base Técnica*: Zoneamento Ecológico Econômico com lente climática
199 (dez/2021); (iii) *Plano de Energia* com metas decenais até 2050 (até julho/2022); (iv) *Programa de*
200 *Prevenção aos Desastres Naturais* – decreto em vigor; (v) *Plano de Transportes Sustentáveis* (até
201 dez/2022); (vi) *Programa de Compras Públicas Sustentáveis* – Decreto em vigor (renovação da
202 proposta); (vii) *Programa Paulista de Pagamento por Serviços Ambientais* (decreto concluído) e;
203 (viii) *Programa Remanescentes Florestais – Refloresta SP*; (ix) *Programa CadMadeira – Madeira*
204 *Legal*; (x) *Acordo São Paulo* – compromissos voluntários de redução de emissões (em andamento);
205 (xi) *Licenciamento ambiental, fiscalização ambiental e emissões veiculares*; (xii) *Comunicação*
206 *Estadual*: Protocolo de Cooperação SEEG (assinado em julho/21); (xiii) *Plano de Ação Climática*
207 *Net Zero-2050* (diretrizes concluídas e pacto até julho/2022) e; (xiv) *Plano de Adaptação Climática*
208 *do Estado de São Paulo* (até dez/2022). Finalizou a apresentação evidenciando a importância da
209 participação do Estado de São Paulo na COP26, antecipando que a CT de Políticas Públicas dará
210 continuidade aos trabalhos subsequentes para conclusão do Plano de Ação Climática, até julho de
211 2022. Passou-se à discussão. O conselheiro **Roberto Resende** solicitou informações sobre os
212 próximos passos para a aplicação do ReflorestaSP e do decreto para o PSA. O conselheiro **Cláudio**
213 **Scalli** externou a satisfação da Anamma, de ter participado ativamente da formulação da proposta e
214 parabenizou o conselheiro Gil Scatena pela brilhante coordenação do grupo de trabalho. Da mesma
215 forma, em nome do Secretário Eduardo Trani, parabenizou o trabalho feito na COP26 e sugeriu que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o Decreto Estadual do PSA contemple o repasse de recursos para os municípios que possuem esse Programa e, em segundo, a promoção da simplificação do Sistema CadMadeira, considerando a dificuldade dos municípios em aderir a esse Programa. A conselheira **Violeta Kubrusly** declarou que a participação do Estado de São Paulo na COP 26 mostrando ao mundo um nível tão elevado de ações e compromissos que vem sendo desenvolvidos há anos, é motivo de muito orgulho em tempos que chamou de “hecatombe pandêmica civilizatória”. Evidenciou, igualmente, a participação de São Paulo em coesão com tantas outras entidades, estados e representações globais. Assim como o conselheiro que lhe antecedeu a manifestação, teceu elogios ao trabalho de coordenação do GT de Políticas Públicas, do conselheiro Gil Scatena. Também agradeceu Eduardo Trani, Marcos Penido e os colegas Jussara e Lucon, por essa importante representação em Glasgow. O conselheiro **Ibrahim Tauil** transmitiu seus sinceros sentimentos à conselheira Violeta e ressaltou a necessidade de se minimizar os efeitos deletérios dos gases de efeito estufa, notadamente o combustível com elevado teor de enxofre utilizado em navios. Expressou preocupação quanto à movimentação expressiva de nitrato de amônio no novo PDZ do Porto de Santos. O conselheiro **Cláudio Bedran** solicitou a realização de estudo para eliminar as emissões de gases causadores de odor provenientes das lagoas sanitárias localizadas em Jaboticabal e Taquaritinga. Passou-se aos esclarecimentos. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** esclareceu que a elaboração das minutas do ReflorestaSP, PSA e CadMadeira encontram-se em andamento e em momento oportuno os temas serão incluídos na pauta de reunião; recomendou que a temática do biogás em navios seja discutido na CT que desenvolverá o Plano de Ação Climática. O assessor **Oswaldo Lucon** sugeriu, para o controle das emissões de odor das lagoas, o emprego de cinzas geradas em padaria, e referindo-se a implantação de pequenos biodigestores na região litorânea, sugeriu o estudo das pesquisas realizadas pela Cetesb nos anos 90, ou talvez, a implantação de um projeto piloto de pequeno porte. Anunciou que uma das decisões da COP26 foi o estabelecimento, pela Organização Marítima Mundial, de exigência de utilização de combustíveis de navios internacionais com menor teor de carbono e de enxofre. Passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, sendo ele, a apreciação dos Relatórios Finais da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre os **recursos especiais** referentes aos seguintes **Autos de Infração Ambiental**, interpostos por Edno Pereira de Souza: 2.1. **AIAe nº 20200910003434-1** (Processo e-ambiente SIMA.038886/2020-13); 2.2. **AIAe nº 20200910003434-2** (Processo e-ambiente SIMA.038889/2020-24). A conselheira **Sandra Medaglia**, relatora da matéria, ofertou a contextualização do relatório referente a análise do Recurso Especial interposto contra a decisão que confirmou o auto de infração **AIAe nº 20200910003434-1**, lavrado em 10/09/2020, em virtude de infração ambiental consistente em “destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente”, com base no art. 50 da resolução SMA 48 de 2014, com imposição de sanção administrativa de multa simples, cumulada com embargo da intervenção. Após sucinta exposição de motivos e, considerando não haver nulidades a serem arguidas de ofício, a conclusão foi de não conhecimento do Recurso Especial, por não atender aos pressupostos de admissibilidade previstos nas normas incidentes. Ato contínuo, a relatora passou a síntese referente ao Recurso Especial contra a decisão que confirmou o Auto de Infração **AIA 20200910003434-2**, lavrado em 10/09/2020, por “supressão de árvores nativas isoladas, sem autorização do órgão ambiental competente”, com fundamento no art. 53, da Resolução SIMA 48/14, com imposição de multa simples no valor de R\$ R\$ 49.200,00, aferida posteriormente em R\$ 44.280,00, considerando as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atenuantes atribuídas ao caso concreto. Após expor os principais pontos do relatório, a conclusão foi pelo cancelamento do AIA 20200910003434-2 levando-se em consideração essencialmente que: o AIA foi aplicado por supressão de árvores nativas isoladas, com fundamento no art. 53, da Resolução SIMA 48/14; a autorização para tal supressão foi concedida pelo município, ente competente para a prática desse ato administrativo e; pelo fato da decisão ainda se encontrar inserida no âmbito administrativo, por aplicação do princípio da autotutela. Passou-se à discussão. A conselheira **Sandra Medaglia** ofertou os seguintes esclarecimentos aos conselheiros **Cláudio Scalli** e **Cláudio Bedran**: (i) reiterou que, de acordo com a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018, o município pode autorizar a supressão de fragmentos de vegetação em estágio inicial e médio mediante à anuência do Estado, por força de dispositivo da Lei 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica; (ii) as atividades que estão sujeitas ao licenciamento do Grapohab encontram-se descritas em Decreto que estabelece algumas linhas de corte especificando quais atividades devem ser licenciadas pelo Estado, sendo que abaixo dessas linhas de corte, o município tem a prerrogativa de licenciar ou simplesmente aprovar; e (iii) o condomínio de lotes objeto da análise, em tese, não se submeteria ao Grapohab, porque está abaixo da linha de corte de área total (área de 12.000 m²). Colocado em votação o relatório final da CT Processante e Normatização referente ao AIAe nº 20200910003434-1, este foi aprovado por unanimidade, sendo aprovado na sequência um adendo proposto pelo conselheiro **Daniel Smolentzov** por 28 (vinte e oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 2 (duas) abstenções, dando origem à decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 25/2021. De 15 de dezembro de 2021. 406ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. “Aprova relatório da CT Processante e de Normatização sobre Recurso Especial interposto por Edno Pereira de Souza.” O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o Recurso Especial interposto por Edno Pereira de Souza em face do AIAe nº 20200910003434-1 (Processo e-ambiente SIMA.038886/2020-13), que concluiu pelo não conhecimento do recurso, em razão do não atendimento aos pressupostos de admissibilidade previstos nas normas incidentes, destacando-se que, ainda que conhecido fosse, seria negado provimento, em virtude da ausência de anuência do estado para supressão de fragmento de vegetação nativa.”*** Colocado em votação, o relatório final da CT Processante e Normatização referente ao AIAe nº 20200910003434-2 foi aprovado por unanimidade, dando origem à decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 26/2021. De 15 de dezembro de 2021. 406ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. “Aprova relatório da CT Processante e de Normatização sobre Recurso Especial interposto por Edno Pereira de Souza.” O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o Recurso Especial interposto por Edno Pereira de Souza em face do AIAe nº 20200910003434-2 (Processo e-ambiente SIMA.038889/2020-24), que concluiu pelo seu conhecimento e provimento, com a anulação do referido auto de infração pelos fundamentos de fato e de direito expostos.”*** Passou-se ao próximo item da pauta, a apresentação da proposta do Governo do Estado de São Paulo, para o **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP**. O coordenador da CPLA **Gil Scatena** informou as premissas na elaboração do ZEE, sendo elas: embasamento legal; planejamento territorial estratégico para o desenvolvimento sustentável; foco na gestão compartilhada (multiescalar e multitemática e; monitoramento, segurança jurídica e acesso à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

302 informação (rastreadabilidade). Esclareceu que a Comissão Estadual do ZEE-SP, composta por
303 representantes de 12 pastas, tem como atribuições acompanhar a elaboração do ZEE e contribuir
304 com subsídios técnicos; apreciar e referendar a proposta e acompanhar sua implementação. Na
305 sequência detalhou quais são as diretrizes estratégicas do ZEE, como sendo: resiliência às mudanças
306 climáticas; segurança hídrica; salvaguarda da biodiversidade; economia competitiva e sustentável e;
307 redução das desigualdades regionais. Apresentou o fluxograma metodológico empregado dividido
308 nas etapas de diagnóstico (cartas-síntese e relatório técnico), prognóstico (cenários e projeções
309 climáticas) e subsídios à implementação (análise integrada e zoneamento). Detalhou as rodadas
310 públicas para identificação de demandas e sinergias que envolveu oficinas regionais nos CBHse
311 mesas de diálogos com ONGs, Universidades e Institutos de Pesquisa e com setores da sociedade
312 civil. Ofertou as atribuições da Rede ZEE-SP como sendo, a interatividade, atualização e
313 compartilhamento de informações estratégicas; subsídios à tomada de decisão; formulação e
314 readequação de políticas setoriais; orientação de investimentos públicos e privados e;
315 potencialidades e fragilidades ambientais socioeconômicas. Apresentou o ambiente virtual de análise
316 e diálogo – AVA, que é uma biblioteca de mapas e painéis desenvolvidos na elaboração de análise
317 territorial pactuada e descreveu o fluxo de trabalho da RedeZEE-SP. Dissertou sobre as cartas
318 sínteses e cenarização para cada diretriz estratégica e ofertou informações sobre o relatório técnico.
319 Detalhou as projeções climáticas 2020-2050, considerando quatro modelos climáticos globais e dez
320 variáveis ou elementos climáticos relacionados à temperatura e precipitação. Na sequência, a palavra
321 foi passada para a Diretora do Centro de Planejamento Territorial Ambiental da CPLA **Natália**
322 **Micossi**, que ofertou o detalhamento da análise integrada do diagnóstico e prognóstico de cada
323 carta-síntese do ZEE. **Gil Scatena** apresentou a proposta de zoneamento do Estado de São Paulo
324 especificamente, as zonas e respectivas diretrizes aplicáveis a onze temas (flora e fauna; UCs e áreas
325 protegidas, fiscalização e gestão da biodiversidade; qualidade e quantidade de água; gestão e
326 infraestrutura de saneamento, gestão de riscos e desastres; dinâmica socioeconômica; atividade
327 agropecuária; infraestrutura de comunicação e transportes; habitação e cobertura da terra). Em
328 continuidade versou sobre a implementação das diretrizes aplicáveis as diferentes temáticas
329 (restauração, políticas setoriais e PDUI, gestão municipal, investidores, ciência e, pesquisa e controle
330 social). Informou sobre o mecanismo de consulta pública e os meios de acesso as informações e
331 produtos (Portal ZEE-SP), a plataforma de informações territoriais (REDE ZEE-SP), o cronograma
332 das oficinas regionais, mesas de diálogo e audiências públicas. Por derradeiro, sugeriu aos demais
333 conselheiros o encaminhamento da proposta do ZEE para discussão e proposição de contribuições
334 no âmbito da CT de Políticas Públicas do CONSEMA. Passou-se à discussão, da qual participaram
335 os conselheiros **Daniel Smolentzov, Gilda Nunes, Juan Almeida, Cris Murgel, Violeta**
336 **Kubrusly, Wanderley Paganini, Cláudio Scalli, Syllis Bezerra, Ibrahim Tauil e Cláudio**
337 **Bedran**. Além das congratulações pela excelência e qualidade do trabalho, foram levantadas, em
338 síntese, as seguintes questões: o ZEE é um instrumento extremamente inovador, principalmente para
339 o mundo jurídico, sendo também um novo olhar de comando e controle, moderno e dinâmico que
340 vai atender os anseios da sociedade; que as regiões do Litoral Norte e a região metropolitana do
341 Vale do Paraíba sejam subdivididas em razão de suas diferenças; a importância da instalação da
342 indústria da reciclagem na Baixada Santista, desde que mantenha a sintonia com as cooperativas
343 com o objetivo de agregar valor a atividade; enfoque na questão da segurança hídrica, principalmente
344 do rio Jurubatuba, próximo à cava da Pedreira; necessidade de avaliação da incidência de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

organoclorados em áreas da Baixada Santista. Submetida a votação a proposta de encaminhamento da proposta do ZEE para discussão na CT de Políticas Públicas foi **aprovada por unanimidade**, dando origem à seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 27/2021. De 15 de dezembro de 2021. 406ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Atribui à Comissão Temática de Políticas Públicas a tarefa de discutir e propor contribuições à proposta do Governo do Estado de São Paulo para o “Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo – ZEE – SP”.*** Passou-se ao último item de pauta, qual seja, a apreciação do **Relatório Anual de Qualidade Ambiental (RQA 2021)**. O coordenador da CPLA/SIMA, conselheiro **Gil Scatena** lembrou que a publicação de Relatório Anual de Qualidade Ambiental pelos órgãos do SEAQUA tem previsão na Política Estadual de Meio Ambiente (Lei Estadual nº 9.509/1997). São objetivos do relatório: acompanhar a evolução da qualidade ambiental do Estado; fornecer subsídios para a tomada de decisão e elaboração de políticas públicas e; dar transparência às informações disponibilizadas pelos órgãos da administração pública. Esclareceu que o RQA 2021 contém 497 páginas, emprega 126 indicadores e é estruturado em quatro capítulos (1. Introdução, 2. Caracterização e Divisão Geográfica, 3. Diagnóstico Ambiental e, 4. Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista). Ofertou a abordagem básica dos capítulos e destacou que são 81 os Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista. Frisou que, em um ano pandêmico e atípico como 2020, a salubridade e a qualidade do meio ambiente, bem como as políticas voltadas a sua gestão, são também influenciadas, direta ou indiretamente, pelos regramentos sanitários preconizados para o combate à doença. Ponderou que este novo contexto instiga reflexões mais profundas sobre as relações entre a humanidade e o ambiente que a suporta, pois o cenário pandêmico atual tem raízes na relação do Homem com os demais conjuntos de seres vivos do Planeta. Com auxílio da projeção de mapas apresentou a formação do território paulista (regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Macrometrópoles), a dinâmica demográfica e social (pirâmides etárias em 2010, 2020 e 2040; IPRS/2018 e; dinâmica econômica. Passando ao diagnóstico ambiental dos recursos hídricos, ofertou os resultados do Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas (IPAS), Índice de Qualidade de Água (IQA); Índice de Qualidade de Água para Fins de Abastecimento Público (IAP); Índice de Qualidade de Águas Costeiras (IQAC) para fins de Abastecimento Público; Balneabilidade das Praias Litorâneas; Balanço Vazão Outorgada e Disponibilidade Hídrica ($Q_{95\%}$), por subárea. Prosseguiu informando o diagnóstico de saneamento ambiental (ICTEM, IQR, IGR e, interações relacionadas ao saneamento básico inadequado). Com auxílio da projeção de mapas ofertou os resultados relativos a Biodiversidade (Índice de Cobertura Vegetal Nativa por Município – Inventário Florestal/2020; Área autorizada para supressão de vegetação nativa e intervenção em APPs -2013/2020 e; Autos de Infração Ambiental por classe de infração - 2017/2020). Sobre a qualidade do ar (2020/2021) foram apresentadas a concentração média anual de MP_{10} na RMSP e; número de dias de ultrapassagem do Padrão de Qualidade do Ar de Ozônio. Prosseguiu com o diagnóstico energético do Estado (participação da energia renovável e intensidade de emissão de CO_2); áreas contaminadas cadastradas - 2011/2020; acidentes e desastres relacionados a eventos naturais geodinâmicos - 1999/2019; instrumentos de gestão de risco – 2020. **Eduardo Trani** Subsecretário de Meio Ambiente ofertou preciso detalhamento dos Programas e Ações em andamento no Sistema Ambiental, constantes do capítulo 4 do RQA. Retomando a palavra o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

388 coordenador **Gil Scatena** informou as novidades no acesso aos dados do relatório, com a
389 implantação do RQA - Painel. Explicou tratar-se de uma nova ferramenta constituída por um
390 conjunto de painéis desenvolvidos no software Power BI (PBI) da Microsoft com o objetivo
391 disponibilizar acesso interativo a determinados indicadores que compõem o relatório. Informou que
392 o Piloto, estará disponível na nova página da CPLA. Passou-se à discussão, da qual participaram os
393 conselheiros **Wanderley Paganini, Violeta Kubrusly, Syllis Bezerra e Ibrahim Tauil** que
394 trararam, em suma, dos seguintes pontos: aprimoramento do ICTEM; inclusão do monitoramento de
395 compostos organoclorados; necessidade de ampliação do sistema de captação de esgotos dos canais
396 de Santos. Submetido a votação, o Relatório Anual de Qualidade Ambiental – RQA 2021 foi
397 aprovado por unanimidade, dando origem à seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 28/2021.***
398 ***De 15 de dezembro de 2021. 406ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova o***
399 ***Relatório Anual de Qualidade Ambiental – RQA 2021. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-***
400 ***CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo Único – Aprova o Relatório***
401 ***Anual de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo - RQA 2021.”*** Nada mais havendo a
402 tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, **Anselmo Guimarães, Secretário-Executivo do**
403 **CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.